



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Floresta do Araguaia**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

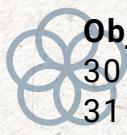
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Floresta do Araguaia (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

A Taxa de Pobreza no município de Floresta do Araguaia apresentou uma tendência de elevação entre 2019 e 2022, com um leve recuo em 2023. Em 2019, a taxa era de aproximadamente 44%, mantendo-se relativamente estável até 2020 (43%), mas passando por um aumento em 2021 (47%) e um pico expressivo em 2022, alcançando 63%. Esse aumento acentuado pode estar relacionado aos efeitos econômicos e sociais da pandemia de COVID-19, como a perda de empregos e a redução da renda familiar. Em 2023, a taxa recuou para 51,4%, o que indica melhora,

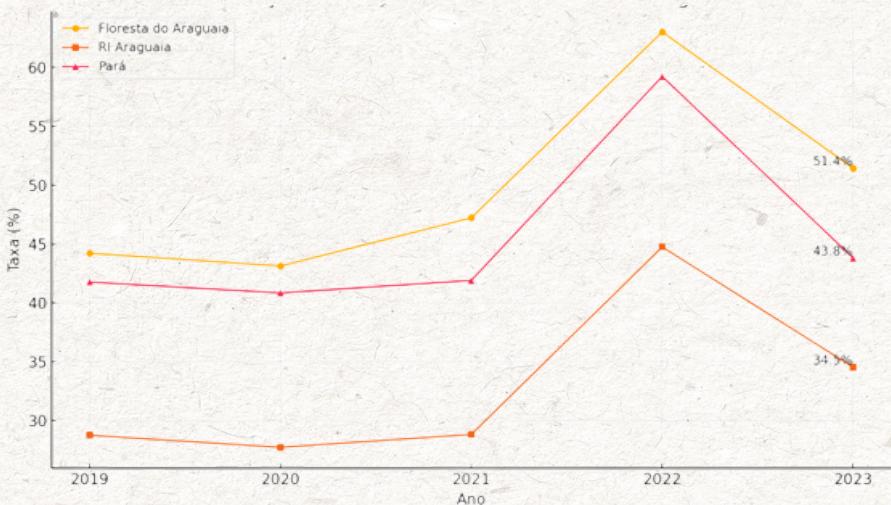
mas ainda distante dos níveis anteriores à pandemia (Gráfico 1).

Na Região de Integração (RI) do Araguaia, observa-se um padrão semelhante, embora em níveis significativamente mais baixos. A taxa caiu ligeiramente de 2019 (28,6%) para 2020 (27,6%), e cresceu de forma moderada até 2021, saltando bruscamente em 2022 para 44,9%, antes de recuar para 34,5% em 2023. Esses dados sugerem que a RI do Araguaia conseguiu manter um controle mais efetivo da pobreza em comparação ao município, mas também foi impactada pelos efeitos da crise, com posterior recuperação (Gráfico 1).



No estado do Pará, o comportamento foi intermediário entre os dois níveis anteriores. A taxa começou em 41,7% em 2019, apresentou uma leve redução em 2020 (40,7%) e voltou a subir em 2021 (42%). O ápice foi registrado em 2022, com 59%, seguido por uma queda para 43,8% em 2023. Esse comportamento revela que o estado, embora tenha sofrido fortemente com os efeitos adversos recentes, conseguiu retomar uma trajetória de queda na pobreza, demonstrando possível eficácia das políticas de mitigação socioeconômica implementadas após a crise sanitária (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de Floresta do Araguaia, as despesas públicas com serviços essenciais apresentaram flutuações relevantes ao longo do período analisado. Em 2019, o percentual estava em 68,9%, caiu significativamente em 2020 para 64,3%, e teve uma recuperação parcial em 2021 (66,3%). Contudo, em 2022, houve uma queda brusca para 59,2%, o menor valor da série, antes de uma recuperação notável em 2023, atingindo o maior nível da série (68,3%). Essa oscilação pode estar associada a mudanças nas prioridades orçamentárias muni-

cipais, respostas emergenciais à pandemia e posterior recomposição de políticas públicas essenciais (Gráfico 2). Na Região de Integração do Araguaia, a variação foi menos acentuada, com os percentuais variando entre 61,8% e 64,7%. Após uma queda em 2020, os níveis permaneceram estáveis até 2022, com uma pequena redução nesse último ano. Em 2023, houve nova queda para 61,6%. Essa estabilidade relativa pode sugerir uma alocação mais contínua e previsível de recursos, com menor influência de fatores extraordinários.

Ainda assim, a redução no final do período levanta atenção para possíveis reavaliações de política fiscal regional (Gráfico 2).

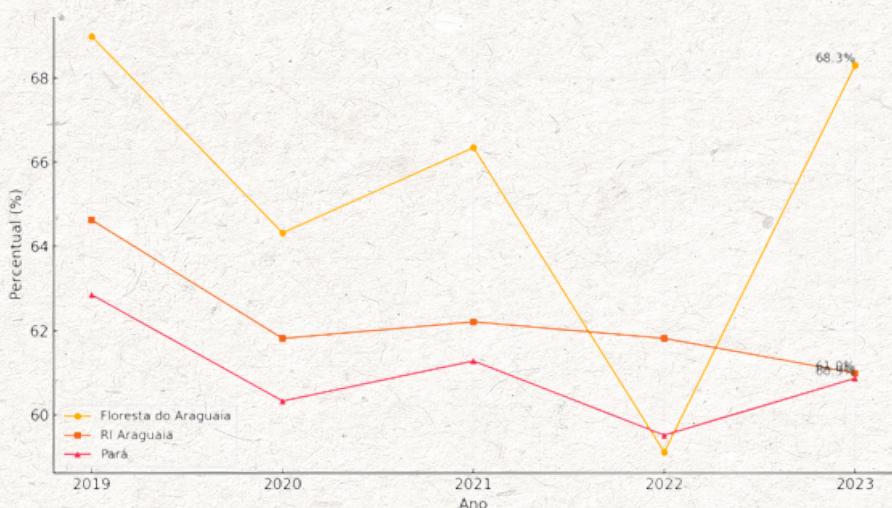
No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da RI Araguaia, mas com percentuais ligeiramente mais baixos. Partindo de 62,8% em 2019, o estado registrou uma queda até 2020 (60,3%), seguiu com pequena recuperação em 2021 (61,3%) e sofreu um novo recuo em 2022 (59,2%). Em 2023, houve leve crescimento, alcançando 60,9%.



A trajetória indica esforço de manutenção dos serviços essenciais mesmo diante de adversidades fiscais, embora ainda com espaço para reforço no investimento social, especialmente em anos críticos como 2022 (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Floresta do Araguaia, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou oscilações marcantes ao longo do período. Em 2019, a taxa estava em 7,2%, subindo para um pico de 8,1% em 2020. Em seguida, ocorreu uma queda acentuada para 5,5% em 2021 – o menor valor da série –, provavelmente influenciada por fatores conjunturais como acesso limitado a serviços de saúde durante a pandemia. A partir de então, houve uma retomada gradual da taxa, alcançando 5,8% em 2022 e, finalmente, um salto expressivo para 8% em 2023, sinalizando possível agravamento das condições de saúde materno-infantil ou de acompanhamento pré-natal no município (Gráfico 3).

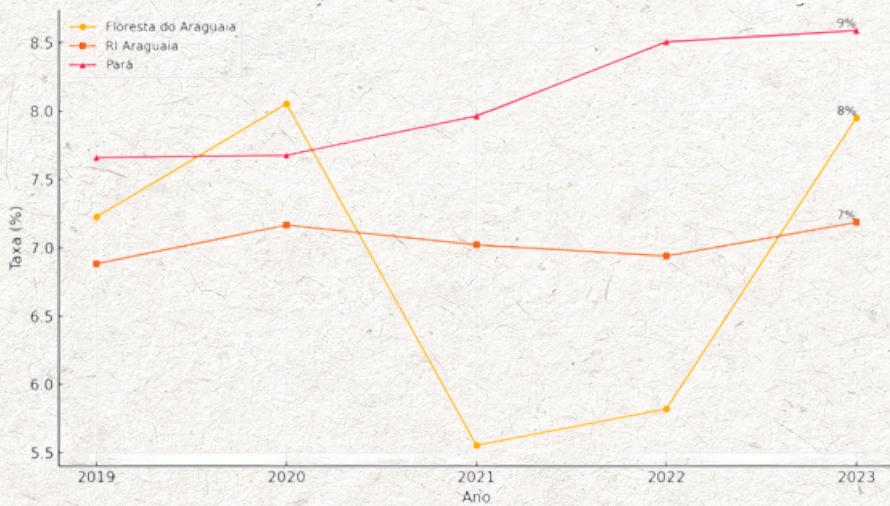
Na Região de Integração do Araguaia, o indicador se manteve relativamente estável ao longo dos anos, variando de 6,9% em 2019 para 7,2% em 2020, com leve oscilação até retornar ao mesmo patamar em 2023. Essa estabilidade sugere um controle mais consistente dos determinantes do baixo peso, como nutrição materna e qualidade do pré-natal, embora em patamares que ainda requerem atenção. O comportamento regional menos volátil também pode refletir a resiliência de políticas públicas voltadas à saúde básica (Gráfico 3).

Já no estado do Pará, a trajetória foi de crescimento contínuo. A taxa iniciou em 7,6% em 2019, manteve-se estável em 2020, mas avançou

progressivamente nos anos seguintes: 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e, por fim, 9% em 2023. O crescimento persistente ao longo dos cinco anos indica uma tendência preocupante, que pode estar associada a fatores estruturais, como desigualdade socioeconômica, acesso limitado a serviços de saúde de qualidade e aumento da vulnerabilidade social, exigindo estratégias integradas de enfrentamento (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

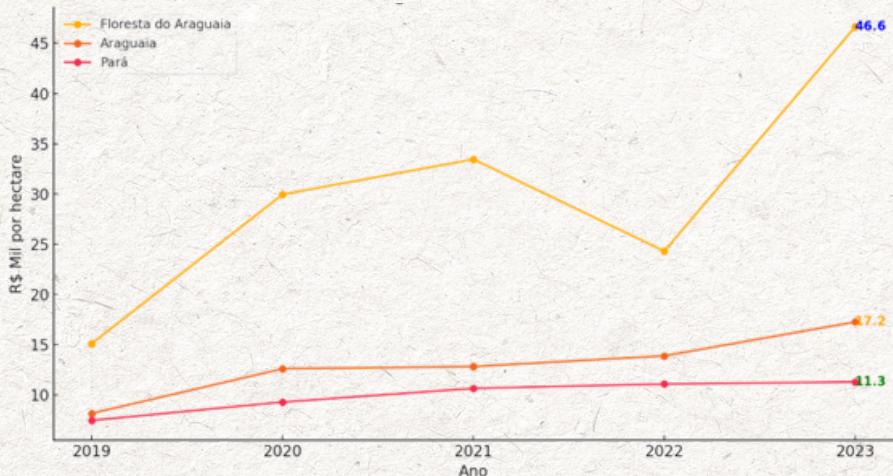
A produtividade agrícola de Floresta do Araguaia teve um crescimento expressivo no período analisado. Partindo de R\$ 15 mil/hectare em 2019, a produtividade aumentou para R\$ 30 mil/hectare em 2020 e atingiu R\$ 33,7 mil/hectare em 2021. Em 2022, observou-se uma queda para R\$ 24,6 mil, possivelmente relacionada a variações climáticas, custos de insumos ou desafios logísticos. No entanto, o salto para R\$ 46,6 mil/hectare em 2023 representa um crescimento acentuado e o maior valor da série, evidenciando uma retomada forte com potencial melhoria tecnológica, expansão da área produtiva ou valorização de culturas específicas (Gráfico 4).

Na Região de Integração do Araguaia, a produtividade agrícola também cresceu, porém de maneira mais moderada e linear. O indicador evoluiu de R\$ 8 mil/hectare em 2019 para R\$ 17,2 mil/hectare em 2023, revelando um progresso constante. A menor volatilidade sugere uma estrutura produtiva mais estável ou uma menor dependência de fatores sazonais. Esse padrão de crescimento indica ganhos em eficiência e, possivelmente, maior integração regional de políticas agrícolas e de assistência técnica (Gráfico 4).

O estado do Pará apresentou os menores valores de produtividade agrícola entre os três níveis, embora também tenha

crescido no período. A produtividade passou de R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023, com uma trajetória estável e ascendente. A diferença significativa em relação ao município e à RI do Araguaia pode ser explicada por uma maior heterogeneidade agrícola no estado, com presença de regiões menos desenvolvidas e de baixa tecnificação. Ainda assim, o aumento constante demonstra um ambiente agrícola em evolução positiva, mesmo que em ritmo mais lento (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 46,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

sugerindo instabilidades na oferta de serviços de saúde infantil. Em 2023, a taxa caiu novamente, fechando em 6,0, o que indica alguma retomada de controle, mas ainda reflete um cenário de volatilidade e vulnerabilidade na saúde infantil do município (Gráfico 5).

Na Região de Integração do Araguaia, os dados indicam um comportamento mais estável, porém em patamares mais elevados. A taxa variou entre 17,8 (2019) e 18,3 (2020), com quedas graduais nos anos seguintes: 16,2 em 2021, 15,6 em 2022 e retomada para 18 em 2023. O recuo até 2022 pode indicar melhorias nas políticas de atenção básica e ampliação dos serviços de saúde, mas o aumento em 2023 sugere que tais avanços podem ter sofrido retrocessos ou não foram suficientes para sustentar a tendência de redução (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

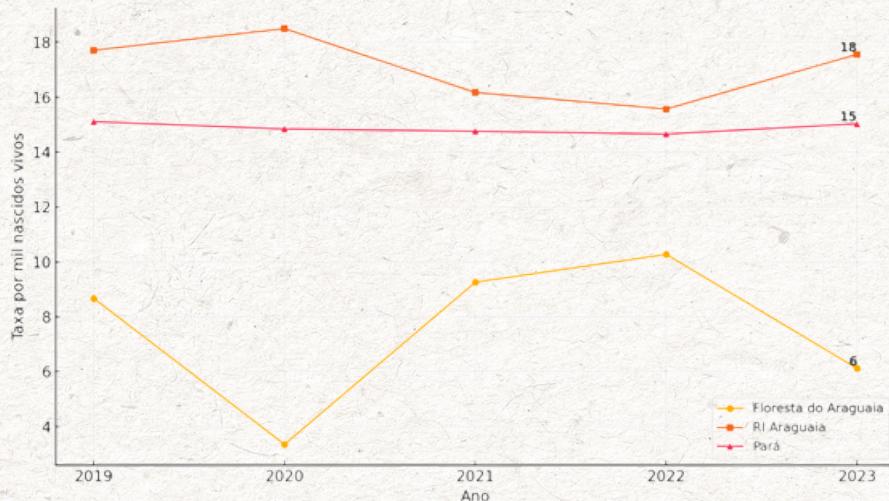
Em Floresta do Araguaia, a taxa de mortalidade infantil apresentou variações consideráveis ao longo do período analisado. Em 2019, o valor registrado foi de 8,6 por mil nascidos vivos, seguido de uma queda acentuada em 2020, atingindo 3,3 – o menor nível da série. Esse recuo pode ter relação com uma conjuntura de maior atenção aos cuidados neonatais nesse ano específico. Contudo, nos anos seguintes, houve uma reversão dessa tendência, com a taxa subindo para 9,3 em 2021 e 10,3 em 2022,





O estado do Pará, por sua vez, manteve uma trajetória de estabilidade ao longo do período, com taxas girando em torno de 15 por mil nascidos vivos. O leve recuo de 15,2 em 2019 para 14,7 em 2022, seguido de um retorno a 15 em 2023, sugere uma relativa constância na estrutura de saúde pública neonatal estadual. Essa estabilidade, embora não represente uma grande melhora, mostra maior capacidade de gestão frente a oscilações conjunturais em comparação ao município e à RI do Araguaia (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Floresta do Araguaia apresentou um crescimento inicial na razão de médicos por 10 mil habitantes, saltando de 2,9 em 2019 para 5,2 em 2021. Esse aumento pode estar ligado à ampliação de programas de interiorização da medicina ou ao fortalecimento da atenção básica. No entanto, em 2022 houve um recuo significativo para 3,2 médicos por 10 mil habitantes, o que pode indicar rotatividade de profissionais, dificuldades de fixação ou redução de contratações.

Em 2023, houve uma leve recuperação para 4,3, ainda abaixo do pico registrado anteriormente, evidenciando uma situação instável na manutenção de recursos humanos em saúde (Gráfico 6).

Na Região de Integração do Araguaia, o crescimento foi mais consistente. A razão de médicos manteve-se em 4,8 entre 2019 e 2020, subindo progressivamente para 5,3 (2021), 7,1 (2022) e atingindo 9,0 em 2023. Esse crescimento gradual e sustentado indica

esforços exitosos de expansão do corpo médico possivelmente ligados a políticas regionais de atração e fixação de profissionais ou à criação de novos polos de atendimento em saúde (Gráfico 6).

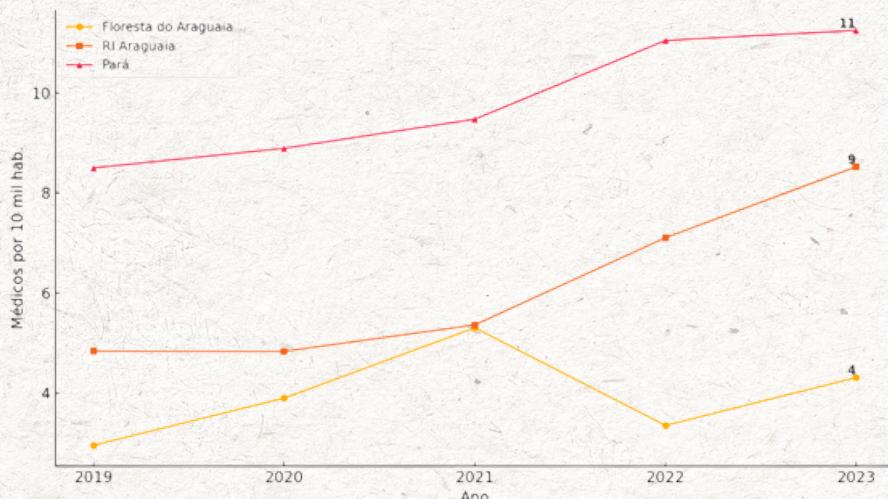


Já o estado do Pará também registrou um crescimento contínuo na presença de médicos. Em 2019, havia 8,5 médicos por 10 mil habitantes, número que cresceu para 9,0 em 2020, 9,5 em 2021, 11 em 2022 e manteve-se nesse patamar

em 2023. Esses dados sugerem uma evolução positiva na capacidade de atendimento do sistema de saúde estadual, possivelmente refletindo investimentos em infraestrutura e formação de profissionais. A constância no crescimento in-

dica um processo de fortalecimento do SUS no estado, com reflexos diretos na cobertura assistencial (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Floresta do Araguaia, o número de vagas no ensino público por mil habitantes oscilou ao longo do período. Em 2019, o município registrava 235 vagas por mil habitantes, mas esse número caiu para 224 em 2020, possivelmente refletindo o impacto da pandemia nas matrículas escolares e na expansão da rede. Em 2021, houve uma leve recuperação (229), seguida por um aumento significativo em 2022, atingindo 257 vagas – o maior valor da série, o que pode estar ligado a políticas de recomposição educacional. No entanto, em 2023, observou-se uma redução para 239 vagas, embora ainda acima do patamar pré-pandemia (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento também foi de crescimento a-

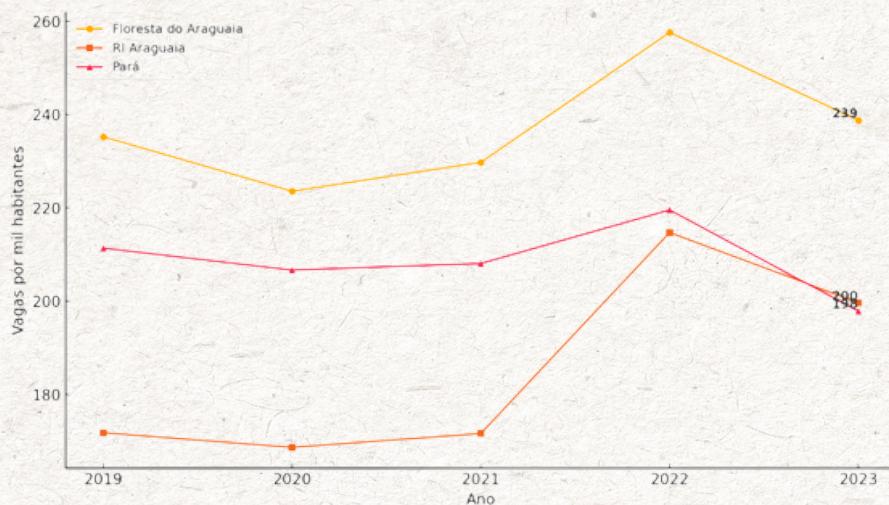
pós um início de queda. Em 2019, a taxa era de 171 vagas por mil habitantes, caindo ligeiramente para 168 em 2020. A partir de 2021 (171), houve um salto expressivo em 2022 (215), que reflete um esforço regional pela ampliação do acesso à educação pública. Contudo, assim como no município, houve queda em 2023 (200), o que pode indicar desafios na manutenção da oferta expandida ou ajustes de planejamento (Gráfico 7). Essa trajetória sugere uma tentativa de retomada do acesso educacional interrompida por dificuldades de execução ou limitações fiscais em nível estadual (Gráfico 7).

No estado do Pará, os dados revelam uma trajetória semelhante. O número de vagas caiu de 211 em 2019 para 207 em 2020, mantendo-se praticamente estável em 2021 (209). Em 2022, houve aumento para 220, indicando ampliação da rede, mas essa tendência não se sustentou, e o número caiu para 198 em 2023, o menor da série.





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 239 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Floresta do Araguaia apresentou crescimento expressivo ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019, 58% das escolas estavam conectadas, índice que subiu para 63% em 2020 e manteve-se estável em 2021. Em 2022, houve avanço para 68%, mas o crescimento mais significativo ocorreu em 2023, quando o percentual atingiu 88,5%, refletindo avanços substanciais em infraestrutura digital escolar, possivelmente impulsionados por políticas de conectividade pós-pandemia (Gráfico 8).

Na RI Araguaia, a evolução também foi positiva, partindo de 56% em 2019 para 65% em 2020, com uma levea oscilação em 2021 (63,6%) e 2022 (64,2%). Em 2023, houve um salto expressivo para

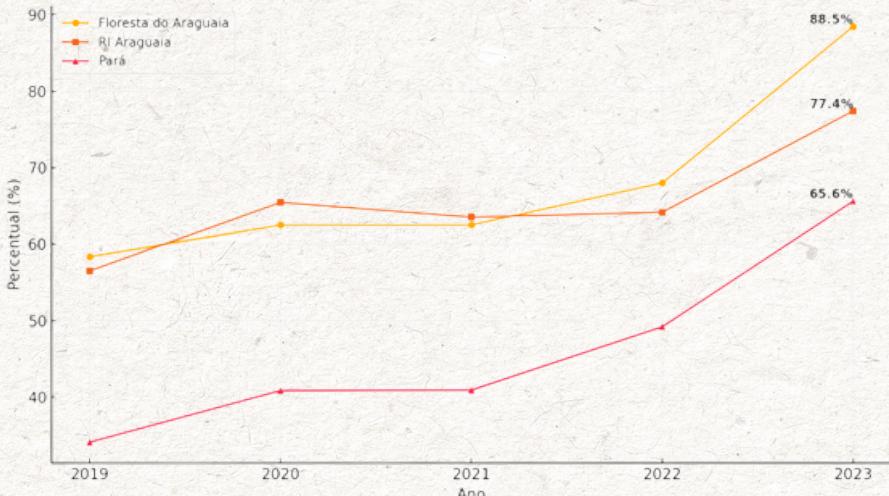
77,4%, o que indica um esforço regional coordenado para equipar as unidades escolares com internet, reconhecendo sua importância tanto para o ensino presencial quanto para eventuais atividades remotas ou híbridas (Gráfico 8).

O estado do Pará iniciou com o menor percentual entre os três níveis, registrando apenas 34% de escolas conectadas em 2019. A taxa cresceu de forma gradual: 40,6% em 2020, 41% em 2021, 49% em 2022 e, finalmente, alcançou 65,6% em 2023. Embora ainda abaixo dos níveis municipal e regional, a evolução demonstra um esforço contínuo de digitalização da rede pública estadual, essencial para ampliar o acesso a conteúdos educacionais e reduzir desigualdades de aprendizagem (Gráfico 8).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.**

Violência Contra a Mulher por Parceiros



No município de Floresta do Araguaia, os dados sobre violência contra a mulher por parceiros revelam um comportamento bastante instável. O índice era nulo em 2019, mas saltou para 14,3 em 2020, mantendo-se estável em 2021. Em 2022, houve um aumento alarmante, atingindo o pico de 45,6 casos por 100 mil habitantes – o maior entre os três níveis territoriais analisados. No entanto, em 2023, a taxa retornou a zero, o que pode representar tanto uma ausência de casos quanto, mais provavelmente, uma subnotificação ou inconsistência nos registros. Essa volatilidade evidencia possíveis falhas na coleta de dados e na manutenção de políticas contínuas de enfrentamento à violência doméstica (Gráfico 9).



Na Região de Integração do Araguaia, a taxa foi mais estável, partindo de 5,2 em 2019, caindo para 4,1 em 2020, e permanecendo próxima desse patamar até 2021. Em 2022, houve um aumento para 10,3, seguido de novo crescimento em 2023, atingindo 16,1. Essa elevação progressiva pode indicar tanto maior visibilidade das denúncias quanto aumento real dos casos.

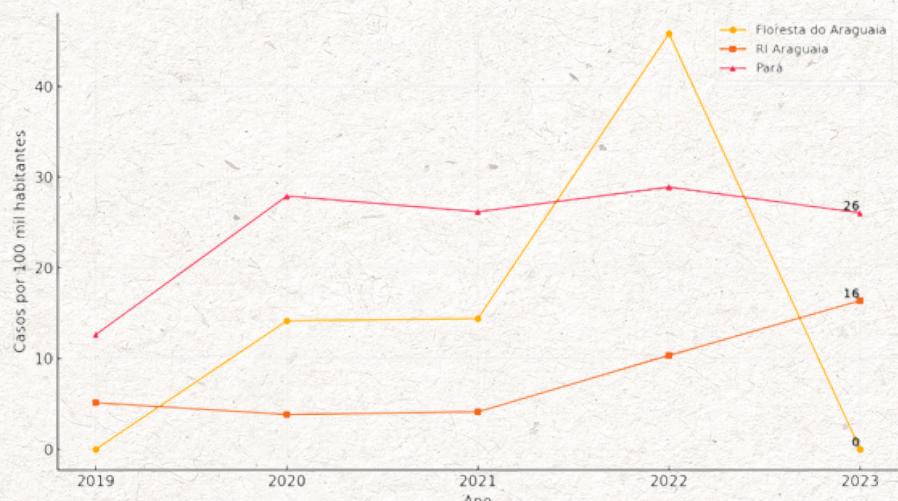
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Em ambos os cenários, é sinal de alerta para a necessidade de reforço em ações de proteção às mulheres e fortalecimento da rede de apoio regional (Gráfico 9).

O estado do Pará registrou os valores mais elevados ao longo de todo o período, partindo de 12,9 em 2019 e subindo bruscamente para 27,8 em 2020. Desde então, os dados mantiveram-se elevados,

com pequenas oscilações: 26,2 em 2021, 28,7 em 2022 e leve recuo para 26 em 2023. Essa persistência em altos níveis demonstra a gravidade do problema estrutural da violência de gênero no estado e a urgência por políticas públicas mais eficazes, que articulem prevenção, acolhimento e responsabilização dos agressores (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Floresta do Araguaia, a participação feminina em cargos gerenciais registrou um crescimento expressivo de 2019 a 2020, saltando de 33,3% para 51%, superando os índices da RI e do estado. Após esse pico, o percentual apresentou leve declínio nos anos seguintes: 50% em 2021, 47,2% em 2022 e 44,6% em 2023. Apesar da queda, o município manteve níveis elevados, o que reflete um cenário relativamente positivo de inclusão das mulheres em posições de liderança, ainda que revele um desafio de manter e ampliar essa participação de forma contínua (Gráfico 10).



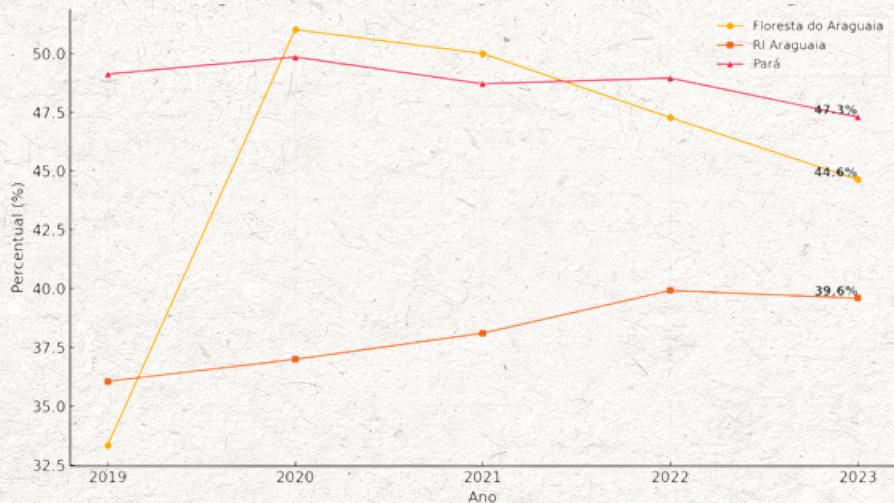


Na Região de Integração do Araguaia, a evolução foi mais lenta, mas constante. O percentual aumentou de 35,9% em 2019 para 37% em 2020, 38,3% em 2021 e 39,9% em 2022, com leve recuo para 39,6% em 2023. Esse crescimento progressivo sugere um avanço gradual na igualdade de gênero em cargos de decisão, embora ainda em patamar inferior ao do município e do estado. A consolidação desses avanços requer políticas estruturais voltadas à equidade e à valorização da liderança feminina em diferentes setores econômicos e administrativos (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual de car-

gos gerenciais ocupados por mulheres manteve-se consistentemente elevado, oscilando levemente ao longo dos anos. A taxa subiu de 48,9% em 2019 para 49,4% em 2020, mantendo-se em patamar semelhante em 2021 (48,5%) e 2022 (48,7%). Em 2023, observou-se uma leve queda para 47,3%. Mesmo com essa oscilação, o estado permanece com um dos percentuais mais altos entre as regiões analisadas, o que pode refletir uma política mais consolidada de promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho formal, especialmente em áreas urbanas e no setor público (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Floresta do Araguaia, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto permaneceu extremamente baixo durante todo o período. De 2019 a 2022, o índice oscilou entre 0,3% e 0,2%, chegando ao ponto mais baixo em 2022 (0,2%). Apenas em 2023 houve um leve aumento para 0,3%, ainda indicando cobertura praticamente nula. Esse quadro revela uma exclusão significativa da população mais vulnerável em relação a esse serviço essencial, sugerindo falhas tanto na expansão da infraestrutura quanto em políticas voltadas à equidade no saneamento (Gráfico 11).

Na Região de Integração do Araguaia, o indicador mostrou um comportamento mais estável, embora ainda com valores muito reduzidos. O percentual oscilou em torno de 1,6% entre 2019 e 2021, subindo ligeiramente para 1,8% em 2022 e retornando a 1,7% em 2023. A pequena variação positiva indica esforço limitado e lento de inclusão dessa parcela da população, insuficiente para alcançar transformações significativas. A baixa cobertura em todo o período reforça a neces-

sidade de políticas públicas mais efetivas na priorização de investimentos em saneamento voltado à população de baixa renda (Gráfico 11).

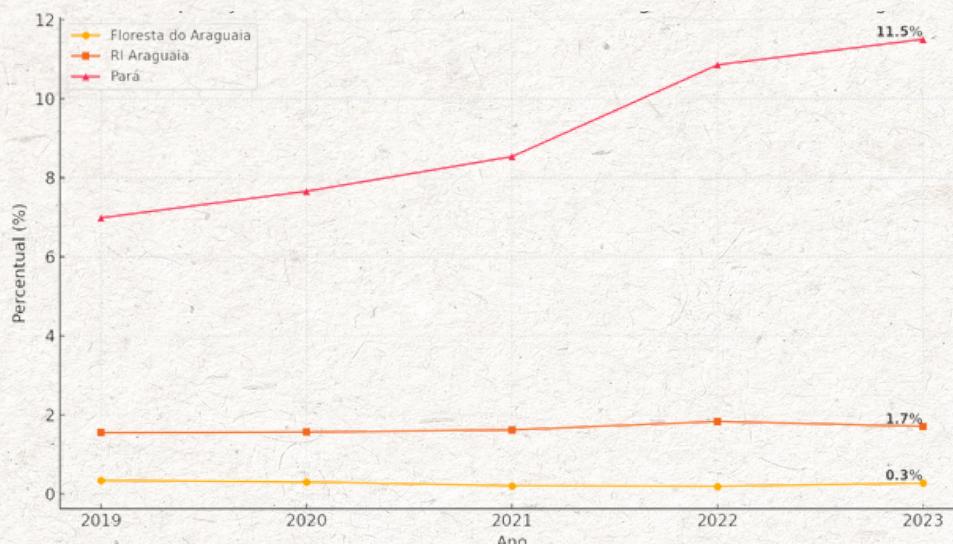
No estado do Pará, o comportamento foi mais promissor. Em 2019, 7% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto, número que cresceu ano a ano, chegando a 11,5% em 2023. Apesar de ainda representar uma cobertura reduzida, o aumento constante demonstra que houve avanços significativos na última década



com maior alcance de políticas estruturais e programas de ampliação da rede de esgotamento sanitário voltados às camadas vulneráveis da população. No entanto, o patamar atual ainda está distante do ideal para garantir dignidade e saúde pública adequadas (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Floresta do Araguaia apresentou uma queda abrupta e contínua nos gastos per capita com saneamento ao longo dos cinco anos. Em 2019, o gasto era de R\$ 104 por habitante, caindo para R\$ 61 em 2020 e depois para apenas R\$ 1 em 2021. A partir de 2022, os valores foram zerados (R\$ 0 em 2022 e 2023), revelando a total ausência de investimento direto municipal nessa área no período recente. Essa retração severa pode estar relacionada à priorização de outras áreas ou à limitação orçamentária, mas compromete diretamente a qualidade de vida e a universalização dos serviços (Gráfico 12).

Na Região de Integração do Araguaia, o cenário foi distinto, com tendência de crescimento.

O gasto passou de R\$ 27 em 2019 para R\$ 31 em 2020, seguido de uma queda em 2021 (R\$ 18), mas com retomada nos anos seguintes, atingindo R\$ 50 em 2023. Esse comportamento sugere uma recuperação do compromisso com a infraestrutura de saneamento, provavelmente sustentada por políticas regionais ou repasses federais. A consistência recente no aumento pode representar uma resposta aos indicadores de baixa cobertura observados na população de baixa renda (Gráfico 12).

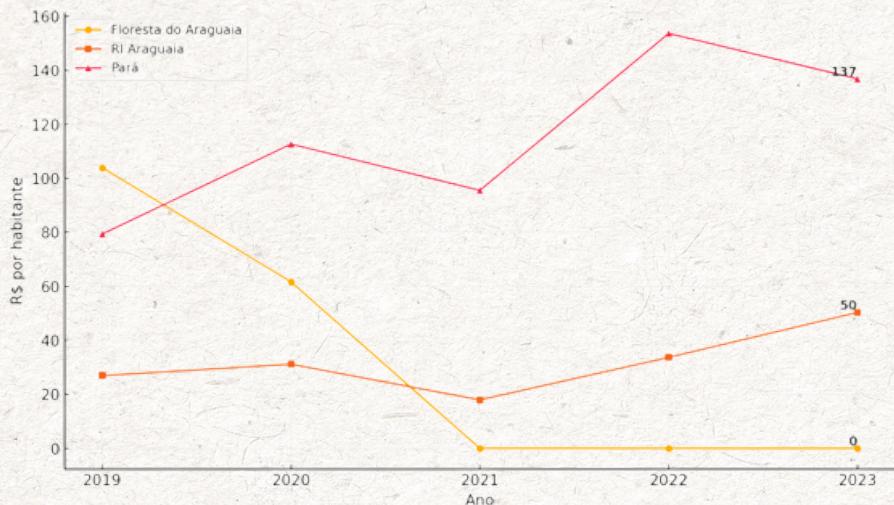
No estado do Pará, os investimentos per capita em saneamento foram significativamente mais altos em todos os anos. Em 2019, o gasto era de R\$ 80 por habitante, subindo para R\$ 113 em 2020. Após queda para R\$ 96 em 2021, os

valores aumentaram fortemente em 2022, atingindo R\$ 155, e mantendo um bom nível em 2023 (R\$ 137). Essa evolução aponta para uma política estadual robusta de investimento em saneamento básico, o que pode explicar a melhoria contínua na cobertura da coleta de esgoto, especialmente entre a população de baixa renda. Ainda assim, os desafios de universalização persistem, principalmente fora dos centros urbanos (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Floresta do Araguaia, o consumo de energia elétrica per capita cresceu de forma contínua e expressiva entre 2019 e 2023. Em 2019, o consumo era de aproximadamente 692 kWh/hab., aumentando para 726 em 2020 e ultrapassando os mil kWh em 2022 (1.012 kWh/hab.), até atingir 1.133 kWh/hab. em 2023. Essa trajetória ascendente sugere avanços na inclusão energética, melhoria nas condições de vida e possível expansão de atividades econômicas e uso de eletrodomésticos.



O crescimento também pode refletir maior acesso a serviços e infraestrutura domiciliar (Gráfico 13).

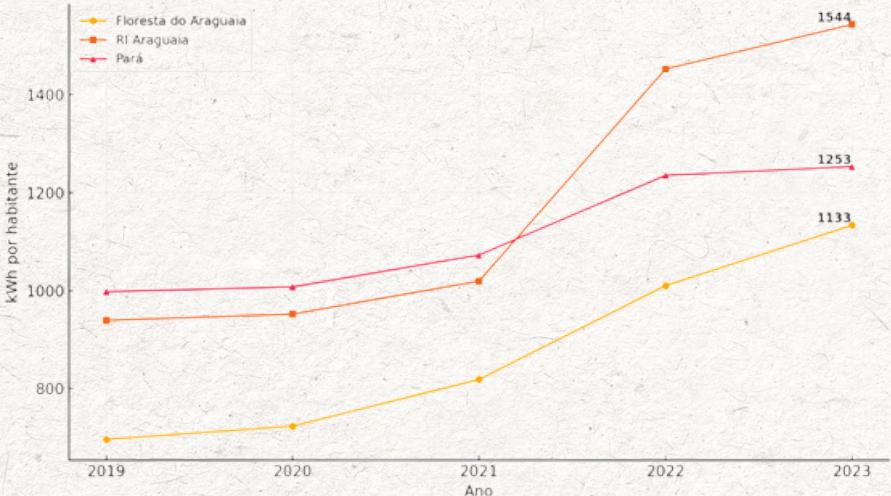
Na Região de Integração do Araguaia, o aumento foi ainda mais significativo. O consumo saiu de 941 kWh/hab. em 2019 e cresceu de forma acelerada a partir de 2021 (1.026), com um salto expressivo em 2022 (1.456) e novo aumento em 2023, atingindo 1.544 kWh/hab. Essa evolução representa um dos maiores crescimentos entre os três níveis, evidencian- do fortes transformações no padrão de consumo regional, possivelmente associadas à

eletrificação rural, à industrialização leve e ao aumento da renda ou da urbanização (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo per capita também teve trajetória crescente, mas de maneira mais gradual. Em 2019, registrava 991 kWh/hab., passando para 1.012 em 2020, 1.074 em 2021, 1.241 em 2022 e 1.253 em 2023. Esse crescimento contínuo revela avanços estruturais no fornecimen- to e no uso de energia elétrica no estado, com reflexos positivos tanto no conforto domiciliar quanto no desenvol- vimento econômico.

Contudo, o ritmo de cresci- mento mais moderado em comparação à RI do Araguaia indica possíveis desigualdades intraestaduais no acesso ou consumo energético (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (kWh/hab.) Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao accompa- nhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente obser- vado no município é de 1133 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcanc- ada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Floresta do Araguaia, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação de fonte fóssil apresentou queda contínua ao longo do período. Em 2019, esse índice era de 6%, reduzindo-se para 5,7% em 2020, 5,1% em 2021, 4,2% em 2022 e, finalmente, 3,1% em 2023. Essa trajetória de queda reflete um avanço no processo de inclusão elétrica e melhoria do acesso à energia de fonte regular entre a população mais vulnerável. Ainda assim, a existência de 3% de domicílios com iluminação fóssil indica persistência de bolsões de exclusão energética (Gráfico 14).



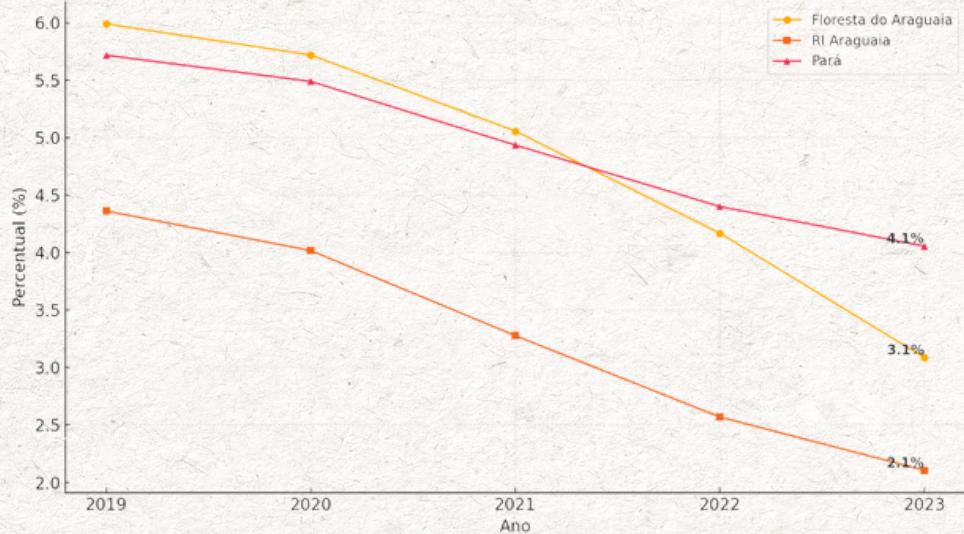
A Região de Integração do Araguaia apresentou os menores percentuais ao longo de todo o período, com uma queda de 4,4% em 2019 para 2,1% em 2023. Esse desempenho pode ser indicativo de ações mais eficazes de eletrificação e políticas públicas voltadas especificamente para áreas de baixa renda na região. O recuo gradual e sustentado demonstra comprometimento regional com a substituição de fontes poluentes por energia elétrica, trazendo benefícios tanto sociais quanto ambientais (Gráfico 14).

No estado do Pará, embora os

percentuais tenham sido ligeiramente mais altos que na RI Araguaia, também se observou uma melhora constante. Em 2019, o índice era de 5,7%, decrescendo ano a ano até alcançar 4,1% em 2023. Essa redução contínua indica progresso no combate à pobreza energética no estado, embora o ritmo mais lento possa sinalizar dificuldades de alcance em áreas isoladas ou com infraestrutura deficiente. A redução gradual desses valores é essencial para garantir qualidade de vida e segurança energética às populações mais pobres (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, o município de Floresta do Araguaia apresentou um crescimento expressivo no número de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o indicador era de 69, caindo para 56 em 2020, reflexo provável dos impactos econômicos da pandemia de COVID-19. A partir de 2021, observou-se uma recuperação consistente, com 69 empregos formais por mil habitantes naquele ano, seguido de um forte avanço para 100 em 2022 e alcançando 107 em 2023. Esse movimento indica um processo de retomada do mercado de trabalho local, possivelmente impulsionado pela reativação de setores produtivos e maior formalização do emprego (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

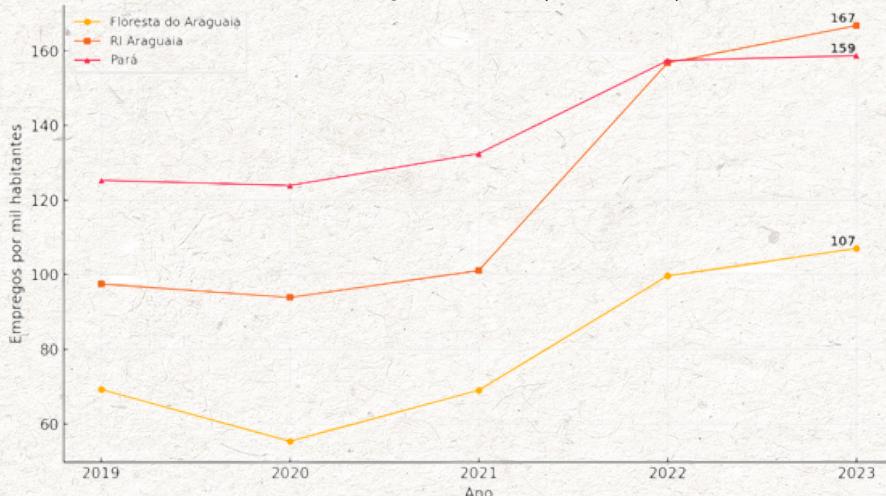
o número era de 98 empregos por mil habitantes, com uma leve queda para 94 em 2020. A partir de então, a região mostrou um crescimento contínuo, atingindo 102 em 2021 e, especialmente, um salto significativo em 2022 para 157, encerrando 2023 com 167 empregos formais por mil habitantes. Esse forte crescimento pode refletir dinâmicas econômicas regionais mais robustas, com geração de vagas formais em atividades agroindustriais, comerciais e de serviços mais estruturados (Gráfico 15).

Na Região de Integração do Araguaia, a trajetória foi semelhante, porém em patamares mais elevados. Em 2019,



Já no estado do Pará, o indicador manteve-se relativamente alto durante todo o período. Partindo de 126 em 2019, apresentou uma pequena queda em 2020 (124), seguida de crescimento para 132 em 2021. O avanço mais relevante ocorreu entre 2021 e 2022, quando saltou para 157, mantendo-se praticamente estável em 2023, com 159 empregos por mil habitantes. Essa estabilidade em níveis elevados sinaliza uma recuperação consolidada do mercado de trabalho formal em escala estadual, apoiada por políticas de incentivo à formalização, expansão econômica e possível atração de investimentos em setores estratégicos (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 107 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Em Floresta do Araguaia, o PIB per capita apresentou um crescimento expressivo entre 2018 e 2022, com uma oscilação inicial seguida de forte recuperação. Em 2018, o valor era de aproximadamente R\$ 17.000 por habitante, caindo para R\$ 13.500 em 2019, provavelmente em função de retrações econômicas locais. A partir de 2020, o município iniciou uma trajetória de alta, alcançando R\$ 20.000, saltando para R\$ 29.000 em 2021 e atingindo R\$ 34.071 em 2022. Esse aumento acelerado indica um fortalecimento das atividades econômicas locais, com



maior geração de riqueza em relação à população residente (Gráfico 16).

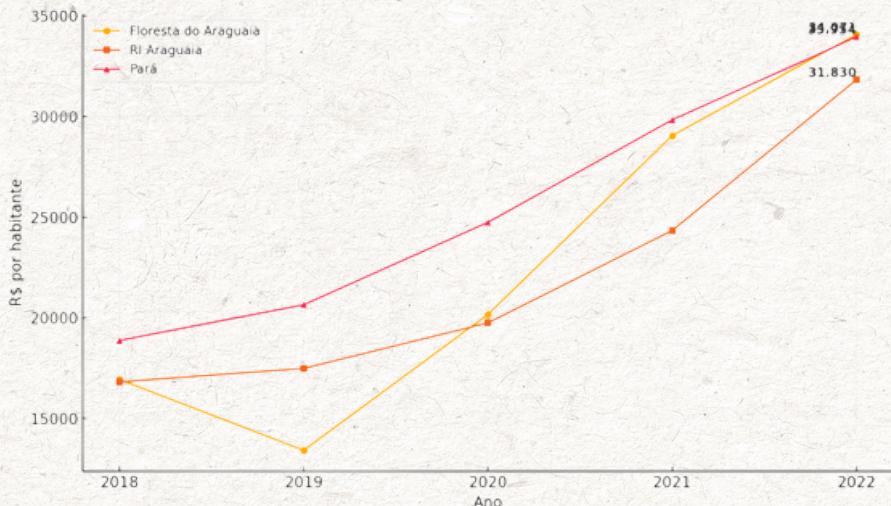
Na Região de Integração do Araguaia, a trajetória foi também de crescimento, mas de forma mais estável e linear.

O PIB per capita partiu de R\$ 17.000 em 2018 e subiu gradualmente até atingir R\$ 31.830 em 2022. A ausência de quedas expressivas e o crescimento contínuo sugerem uma base produtiva mais diversificada ou menos vulnerável a choques pontuais. Isso aponta para uma economia regional em expansão, sustentada por setores relativamente estáveis e potencialmente beneficiada por políticas públicas ou investimentos produtivos distribuídos de forma mais equitativa (Gráfico 16).



Já no estado do Pará, o PIB per capita cresceu de R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com aumentos consistentes ao longo dos anos. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2020 e 2021, indicando recuperação econômica após os impactos da pandemia. O estado manteve-se como o território com maior renda média per capita ao longo de quase todo o período, reflexo da forte presença da indústria extrativa e de exportações ligadas a commodities minerais, que têm um peso elevado na composição da riqueza gerada no estado (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 34.071/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Floresta do Araguaia apresentou uma mudança significativa na composição de seu PIB com relação à contribuição da indústria. Entre 2018 e 2020, a participação industrial era bastante modesta, mantendo-se entre 4,7% e 6,6%. Contudo, a partir de 2021, o valor saltou para 19,5%, mantendo-se praticamente estável em 2022 (19,2%). Esse crescimento abrupto indica um processo de industrialização recente, que pode estar relacionado à instalação de novas unidades produtivas ou à ampliação de atividades industriais locais, com impacto direto na dinâmica econômica e no

crescimento do PIB per capita (Gráfico 17).

Na Região de Integração do Araguaia, a participação da indústria no PIB foi mais constante, subindo de 13,9% em 2018 para 18,6% em 2022. O crescimento foi progressivo e revela um amadurecimento do setor industrial regional, que contribui de forma consistente para a economia da RI. Essa estabilidade, em patamar superior ao do município nos primeiros anos, reforça o papel da indústria como vetor de desenvolvimento regional, sustentando o crescimento econômico sem grandes oscilações (Gráfico 17).

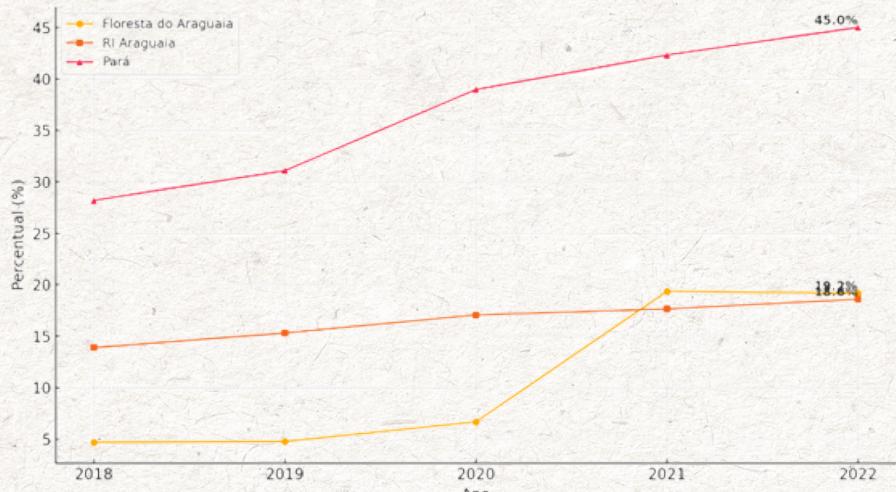
O estado do Pará, por sua vez,

exibiu uma das maiores proporções de valor adicionado da indústria entre os três níveis, partindo de 28,3% em 2018 para 45% em 2022. Esse crescimento significativo reflete a importância crescente do setor industrial no estado, especialmente das indústrias extrativas e de transformação de grande escala, como mineração, metalurgia e energia. A industrialização acelerada em nível estadual tem impulsionado a elevação do PIB, mas também levanta desafios em relação à sustentabilidade ambiental e à distribuição dos benefícios econômicos entre a população (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Floresta do Araguaia apresentou um crescimento significativo no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador partiu de 10,7 em 2019, teve uma leve queda em 2020 (10,4), mas passou a crescer de forma contínua nos anos seguintes: 13,7 em 2021, 15,7 em 2022 e alcançou 17 em 2023.



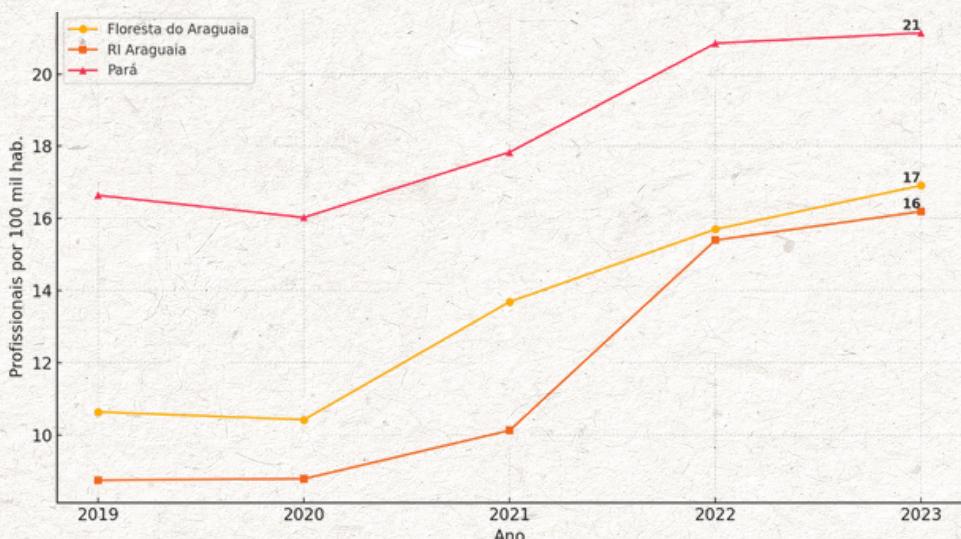
Esse aumento progressivo sugere uma ampliação da presença de profissionais qualificados em áreas como pesquisa, tecnologia e educação superior no município, o que pode estar relacionado a políticas de incentivo à formação técnica e científica ou à chegada de novos centros de ensino e inovação (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Araguaia, a evolução foi similar, embora partindo de um patamar mais baixo. O índice iniciou em 8,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e se manteve estável em 2020. A partir de 2021, houve uma ascensão mais acentuada, chegando a 10,1 naquele ano, saltando para 15,5 em 2022 e atingindo 16 em 2023. Esse crescimento evidencia uma valorização regional da ciência e tecnologia, podendo refletir a interiorização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento científico e à formação de capital humano qualificado (Gráfico 18).



O estado do Pará já apresentava uma concentração maior de profissionais da ciência desde o início da série, com 16,7 por 100 mil habitantes em 2019. Após uma pequena queda para 16 em 2020, o número aumentou consistentemente até 21 em 2023. Esse crescimento constante revela o fortalecimento da infraestrutura científica em nível estadual, com possível expansão de universidades, institutos de pesquisa e investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Ainda que o estado mantenha uma liderança nesse indicador, o avanço dos níveis municipal e regional sugere uma tendência de descentralização e interiorização da atividade científica (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

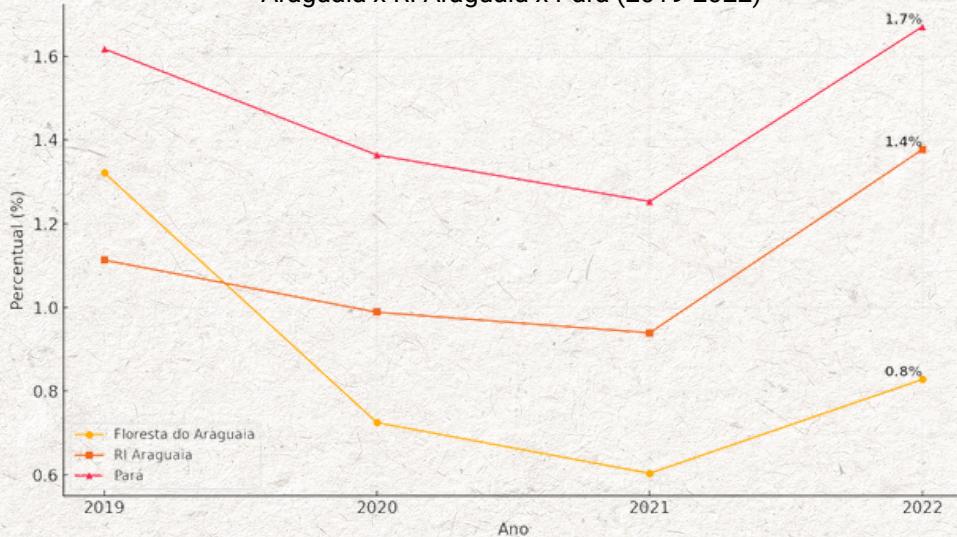
Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB em Floresta do Araguaia apresentou uma trajetória de queda acentuada, seguida por leve recuperação. Em 2019, o percentual era de 1,31%, mas caiu significativamente para 0,72% em 2020, atingindo o ponto mais baixo da série em 2021, com apenas 0,6%. Em 2022, houve uma recuperação para 0,8%, embora ainda distante do patamar inicial. Essa tendência sugere que, embora o PIB tenha crescido nos últimos anos, a massa salarial formal não acompanhou no mesmo ritmo, o que pode indicar maior concentração de renda, informalidade no mercado de trabalho ou crescimento impulsionado por setores de baixa intensidade de mão de obra (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento foi semelhante, porém com percentuais mais elevados e uma recuperação mais robusta no último ano. Em 2019, o valor era de 1,11% do PIB, reduzindo-se gradualmente até 0,94% em 2021. Em 2022, houve uma alta considerável, atingindo 1,4%, o maior valor da série para a região. Esse aumento pode estar associado à formalização de empregos ou valorização salarial, sugerindo uma retomada mais eficiente do mercado de trabalho formal e maior correlação entre produção econômica e remuneração do trabalho (Gráfico 19).

No estado do Pará, a massa salarial dos vínculos formais representava 1,62% do PIB em 2019, caindo para 1,36% em 2020 e 1,28% em 2021, refletin-

do os efeitos da crise sanitária e econômica. No entanto, em 2022, o estado registrou uma forte recuperação, alcançando 1,7%, superando inclusive o patamar de 2019. Esse desempenho revela uma capacidade de retomada significativa, possivelmente ancorada em setores econômicos que combinam crescimento com geração de empregos formais, como mineração com encadeamento produtivo, construção civil ou comércio urbano. O dado também sugere que, em nível estadual, os ganhos salariais foram mais bem distribuídos em relação ao crescimento do PIB (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Em Floresta do Araguaia, o acesso à telefonia móvel evoluiu positivamente ao longo do período analisado. Em 2019, havia cerca de 39 linhas móveis por 100 habitantes, número que subiu para 42 em 2020 e teve um salto mais expressivo em 2021, alcançando 54. Esse avanço continuou em 2022, quando o indicador atingiu 66 linhas, valor que se manteve estável em 2023. Esse crescimento gradual revela uma ampliação importante da conectividade móvel no município, ainda que o nível de acesso permaneça inferior ao das demais regiões analisadas (Gráfico 20).

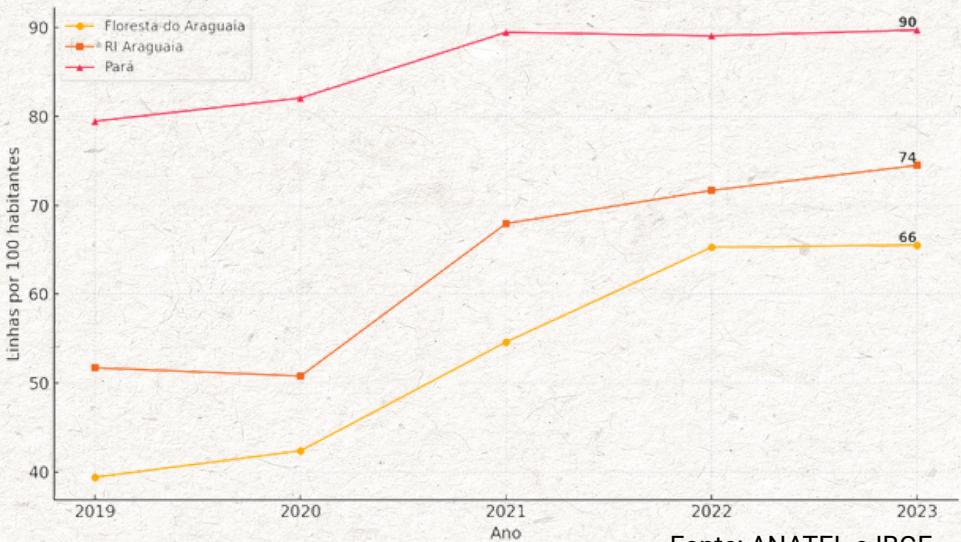
Na Região de Integração do Araguaia, o acesso era superior ao do município já em 2019, com 52 linhas por 100 habitantes. O indicador manteve-se estável até 2020, mas avançou significativamente nos anos seguintes: 68 em 2021, 72 em 2022 e 74 em 2023. Esse comportamento indica um ritmo mais acelerado de difusão da telefonia móvel, refletindo possivelmente investimentos em infraestrutura de comunicação e expansão do sinal em áreas antes menos atendidas, além da popularização de planos acessíveis (Gráfico 20).





O estado do Pará apresentou os maiores níveis de acesso durante todo o período, partindo de 80 linhas por 100 habitantes em 2019 e avançando até 90 em 2023. A evolução foi estável, com destaque para o crescimento entre 2020 e 2021, quando o indicador saltou de 82 para 89. A manutenção desse patamar elevado revela a consolidação da telefonia móvel como um serviço essencial e amplamente disponível no estado, o que contribui diretamente para o acesso à informação, inclusão digital e desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo em áreas urbanas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Floresta do Araguaia, os gastos públicos por habitante com cultura e gestão ambiental oscilaram fortemente ao longo do período. Em 2019, o valor era de R\$ 32, caindo para R\$ 26 em 2020, o que pode ter refletido cortes orçamentários ou reorientação de recursos devido à pandemia. No entanto, a partir de 2021 houve uma inversão, com saltos expressivos: R\$ 95 em 2021, R\$ 140 em 2022 (pico da série), e recuo em 2023 para R\$ 107. Apesar da redução final, os valores mantêm-se muito acima dos níveis iniciais, indicando maior priorização dessas áreas na agen-

da municipal recente (Gráfico 21).

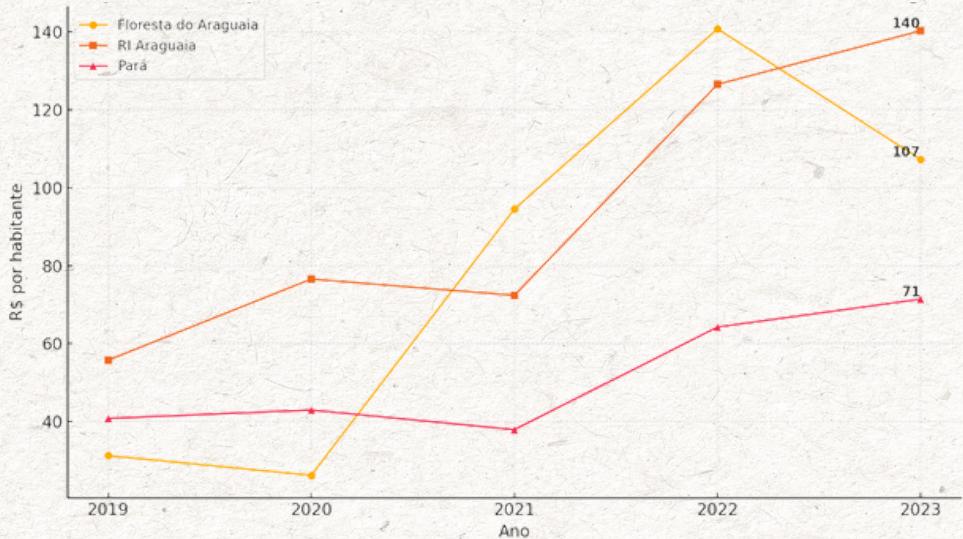
Na Região de Integração do Araguaia, o padrão foi de crescimento progressivo, com menor volatilidade. Os gastos saltaram de R\$ 56 em 2019 para R\$ 76 em 2020, mantiveram-se próximos em 2021 (R\$ 73), e aumentaram significativamente em 2022 e 2023, alcançando R\$ 129 e R\$ 140, respectivamente. Isso revela um engajamento regional contínuo em políticas públicas voltadas ao fortalecimento cultural e à proteção ambiental, temas relevantes tanto para o bem-estar social quanto para a sustentabilidade (Gráfico 21).

No estado do Pará, a evolução foi mais moderada, mas ainda positiva. Em 2019, a despesa per capita era de R\$ 41, passando para R\$ 43 em 2020 e caindo levemente para R\$ 38 em 2021. A partir de então, houve retomada: R\$ 64 em 2022 e R\$ 71 em 2023. Esse crescimento mais contido pode indicar limitações orçamentárias ou diferentes prioridades em âmbito estadual, embora a elevação recente sugira um reconhecimento progressivo da importância de políticas culturais e ambientais integradas ao desenvolvimento (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 107/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

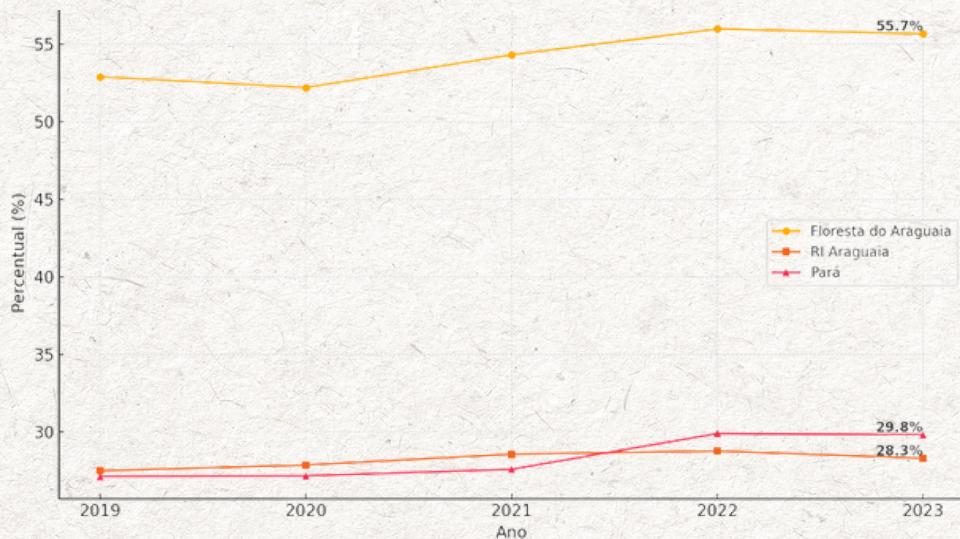
Em Floresta do Araguaia, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o lixo manteve-se em patamar elevado e crescente. Em 2019, o indicador estava em 53,1%, caiu levemente para 52,3% em 2020, mas passou a subir nos anos seguintes: 54,3% em 2021, 55,9% em 2022, mantendo esse nível em 2023, 55,7%. Esse padrão revela uma persistente precariedade nos serviços de coleta de resíduos sólidos entre a população vulnerável, o que aponta para falhas na cobertura da infraestrutura de saneamento básico no município, além de riscos ambientais e de saúde pública (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Araguaia, o cenário é menos grave, mas também preocupante. O percentual subiu de 27,5% em 2019 para 29,8% em 2023, com uma tendência ascendente ao longo do período. A variação é mais sutil do que no município, mas indica que, mesmo em nível regional, parte significativa da população de baixa renda ainda recorre a práticas inadequadas de descarte de lixo, evidenciando a insuficiência de políticas públicas voltadas à universalização da coleta regular e sustentável (Gráfico 22).

No estado do Pará, os dados mostram uma trajetória de crescimento semelhante, mas

iniciando em patamar ligeiramente inferior. O percentual era de 27% em 2019, oscilou levemente nos anos seguintes e chegou a 28,3% em 2023. Embora o crescimento tenha sido discreto, a manutenção do indicador acima de 25% reforça que o problema não é localizado, mas estrutural, exigindo ações coordenadas em nível estadual para ampliar o acesso à coleta de lixo e à educação ambiental, sobretudo em áreas periféricas e rurais (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



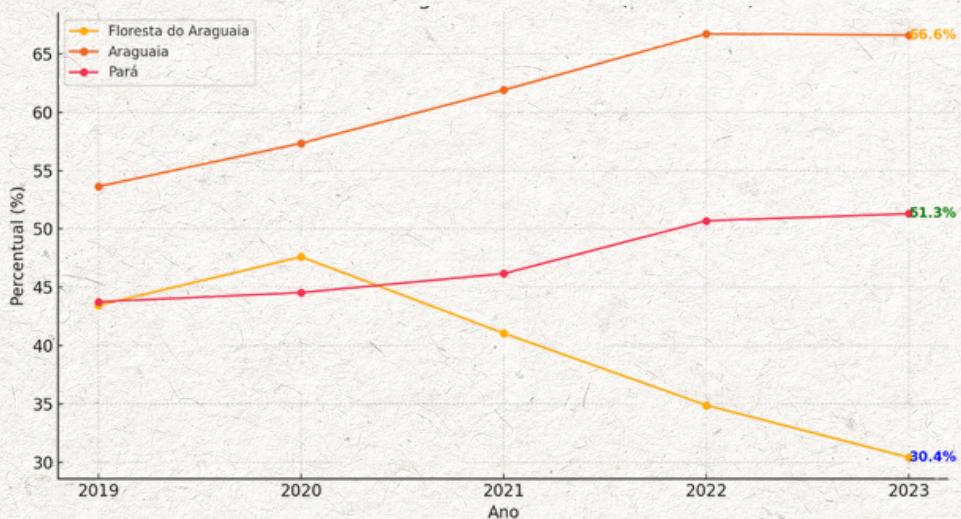
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Floresta do Araguaia apresentou uma tendência oposta à maioria dos territórios analisados, com forte queda no uso de fossas rudimentares entre a população de baixa renda. O percentual, que era de 44,1% em 2019 e subiu para 47,8% em 2020, caiu de forma contínua nos anos seguintes: 41,2% em 2021, 35% em 2022 e 30,4% em 2023. Essa redução significativa indica avanços na substituição por soluções sanitárias mais adequadas, provavelmente impulsionada por investimentos em infraestrutura domiciliar ou ações de saneamento básico mais focalizadas nesse público (Gráfico 23).

Na Região de Integração do Araguaia, por outro lado, o indicador cresceu de forma consistente. Em 2019, o percentual era de 53,9%, subindo para 57,5% em 2020, e continuando em ascensão até 66,6% em 2023. Esse aumento reflete uma piora nas condições sanitárias da população de baixa renda na região, ou, alternativamente, uma ampliação da cobertura de dados que passou a contabilizar mais domicílios com soluções precárias. Em ambos os casos, os números evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à universalização do saneamento (Gráfico 23).

O estado do Pará também seguiu uma tendência de crescimento do uso de fossas rudimentares entre a população de baixa renda. O indicador passou de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023, com aumentos graduais ao longo dos anos. Esse cenário aponta para a permanência de deficiências estruturais em saneamento rural e urbano periférico, especialmente entre os segmentos sociais mais vulneráveis. O crescimento do indicador ao longo do tempo sugere que, além da baixa cobertura, há insuficiência de ações corretivas ou expansão de redes sanitárias formais no estado (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Floresta do Araguaia, os gastos per capita com prevenção de desastres mostraram forte oscilação ao longo do período. Em 2019, o município investia apenas R\$ 47 por habitante, valor que aumentou significativamente para R\$ 104 em 2020 e manteve-se nesse patamar em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para R\$ 236, o que possivelmente reflete ações emergenciais ou programas de maior escala. No entanto, em 2023, os gastos recuaram para R\$ 107, demonstrando fragilidade na consistência do investimento preventivo, o que

pode comprometer a capacidade do município de mitigar riscos ambientais de forma sustentável (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento foi de crescimento mais contínuo e expressivo. Os gastos aumentaram de R\$ 223 em 2019 para R\$ 313 em 2020, caindo levemente em 2021 (R\$ 246), mas retomando uma trajetória de alta nos anos seguintes: R\$ 357 em 2022 e R\$ 445 em 2023. Esse padrão sugere uma política regional mais estruturada e consistente de prevenção de desastres, o que é essencial em contex-

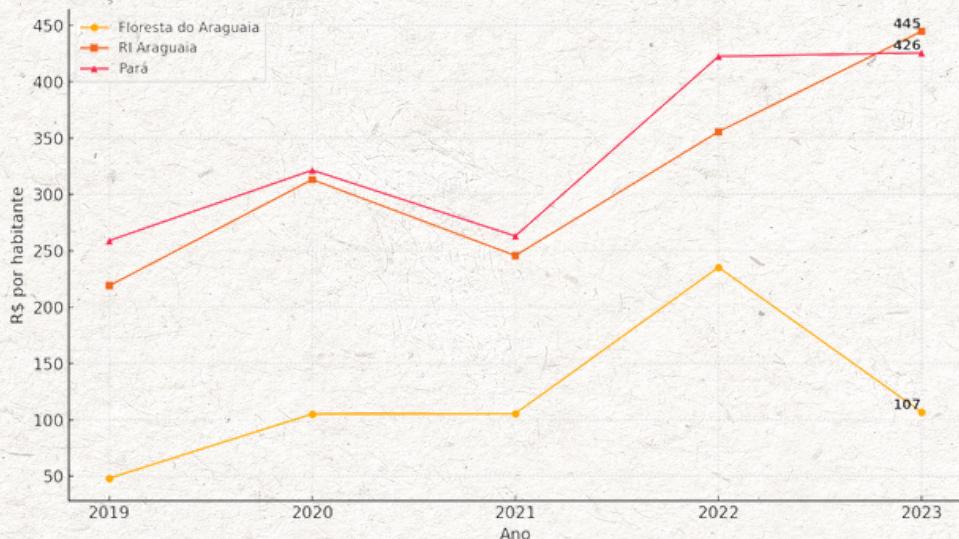


tos de vulnerabilidade climática, enchentes ou queimadas, comuns em diversas áreas do interior do estado (Gráfico 24).

No estado do Pará, os gastos também mostraram elevação significativa, partindo de R\$ 259 em 2019 para R\$ 324 em 2020. Após queda em 2021 (R\$ 263), os valores voltaram a subir nos dois últimos anos:

R\$ 421 em 2022 e R\$ 426 em 2023. O padrão é similar ao observado na RI Araguaia, com tendência de fortalecimento das políticas públicas preventivas, o que pode indicar alinhamento entre as esferas estadual e regional em torno da gestão de riscos ambientais e da redução de danos associados a eventos extremos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 107/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Floresta do Araguaia, os gastos per capita com preservação aquática apresentaram variações significativas. Em 2019, o valor era de R\$ 207 por habitante, caindo levemente para R\$ 197 em 2020. A partir de 2021, houve uma queda mais acentuada para R\$ 82, seguida por recuperação nos dois anos seguintes: R\$ 100 em 2022 e R\$ 151 em 2023. Esse comportamento reflete descontinuidades nas políticas ambientais locais, com esforços recentes para retomar a proteção dos recursos hídricos, essencial em uma região amazônica com forte dependência dos rios (Gráfico 25).

Na Região de Integração do Araguaia, o indicador apresentou o comportamento mais instável do conjunto analisado. Após partir de um patamar muito baixo em 2019 (R\$ 28), houve um salto significativo para R\$ 215 em 2020, possivelmente relacionado a aportes específicos ou programas temporários. Contudo, os valores caíram drasticamente nos anos seguintes:

R\$ 22 em 2021, R\$ 19 em 2022 e leve aumento para R\$ 24 em 2023. A queda abrupta sugere descontinuidade orçamentária ou falta de priorização da agenda aquática na gestão regional (Gráfico 25).

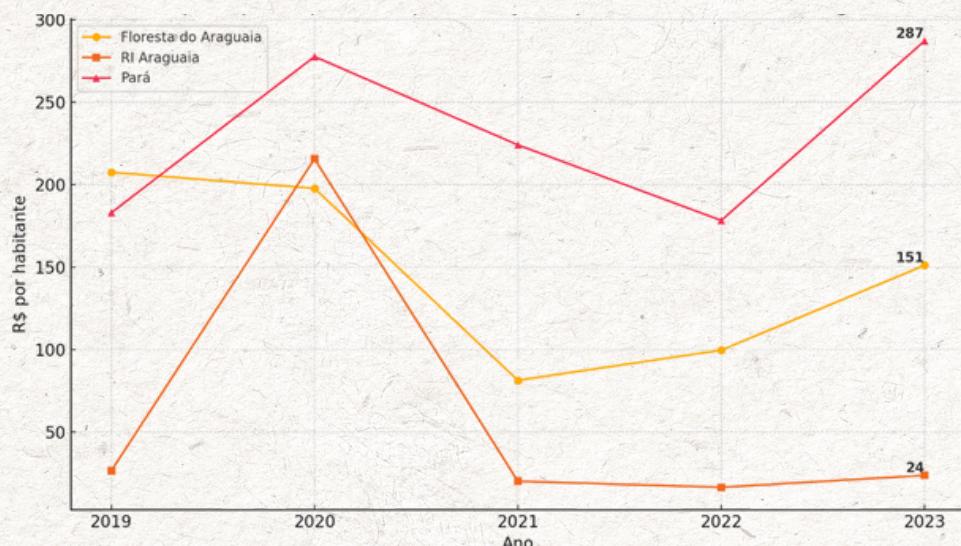
No estado do Pará, os gastos com preservação aquática oscilaram, mas com tendência de recuperação. O valor passou de R\$ 183 em 2019 para R\$ 278 em 2020, recuando para





R\$ 222 em 2021 e R\$ 179 em 2022. Em 2023, houve novo avanço, alcançando R\$ 287 – o maior valor da série. Isso indica retomada de políticas voltadas à proteção dos corpos hídricos, compatível com a relevância ambiental e estratégica dos recursos aquáticos no estado, especialmente diante de pressões como desmatamento, garimpo e expansão urbana em áreas ribeirinhas (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 151/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Floresta do Araguaia, o percentual de área coberta por floresta manteve-se estável ao longo do período analisado, com valores constantes em torno de 8,6% de 2019 a 2023. Essa estabilidade em um patamar bastante reduzido indica que o município já possui uma cobertura florestal muito limitada, o que pode estar relacionado ao uso intensivo da terra para atividades agropecuárias e à ocupação consolidada. A ausência de variações significativas sugere que não houve, nesse intervalo, nem novas áreas de desmatamento extensivo nem ações expressivas de reflorestamento (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento foi mais instável. O percentual de área florestal era de 51% em

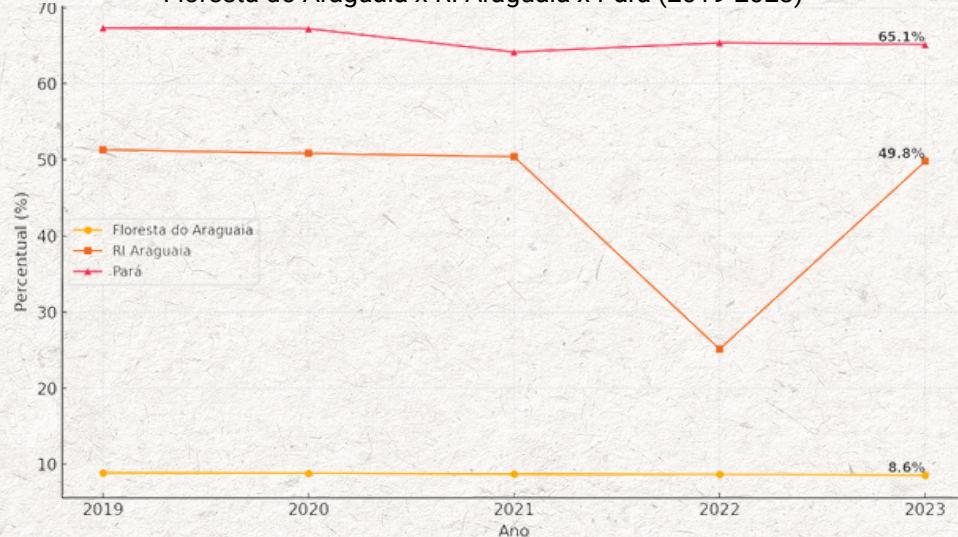
2019, mantendo-se quase inalterado até 2021. No entanto, em 2022 houve uma queda abrupta para cerca de 25%, o que pode indicar um evento ou processo de desmatamento concentrado e expressivo. Em 2023, o indicador retornou para 49,8%, sugerindo que a queda anterior possa ter sido resultado de revisão metodológica, inconsistência de dados ou erro pontual, visto que a re-



cuperação tão rápida é improvável do ponto de vista ecológico (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de cobertura florestal foi o mais elevado entre os três territórios, mantendo-se sempre acima de 64%. Em 2019 e 2020, o indicador estava em torno de 67%, com uma leve queda para 64,5% em 2021, e uma leve recuperação para 65,1% em 2023. A relativa estabilidade nesse patamar elevado reflete o papel estratégico da floresta amazônica no território paraense, embora a tendência de leve queda até 2021 sinalize pressões contínuas sobre o bioma. A manutenção dessa cobertura, mesmo sob pressão, pode indicar a eficácia de medidas de controle e monitoramento em escala estadual (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

No município de Floresta do Araguaia, a proporção da área desmatada permaneceu praticamente constante ao longo do período, em torno de 55,8% do território total. Esse patamar elevado demonstra um cenário de uso intensivo da terra, com prevalência de pastagens ou agricultura em detrimento da vegetação nativa. A manutenção desse índice ao longo de cinco anos reforça a ausência de ações de recuperação ambiental significativas, ao mesmo tempo em que indica estabilidade no padrão de ocupação já consolidado (Gráfico 27).

Na Região de Integração do Araguaia, o percentual de área desmatada cresceu ligeiramente de 38,6% em 2019 para

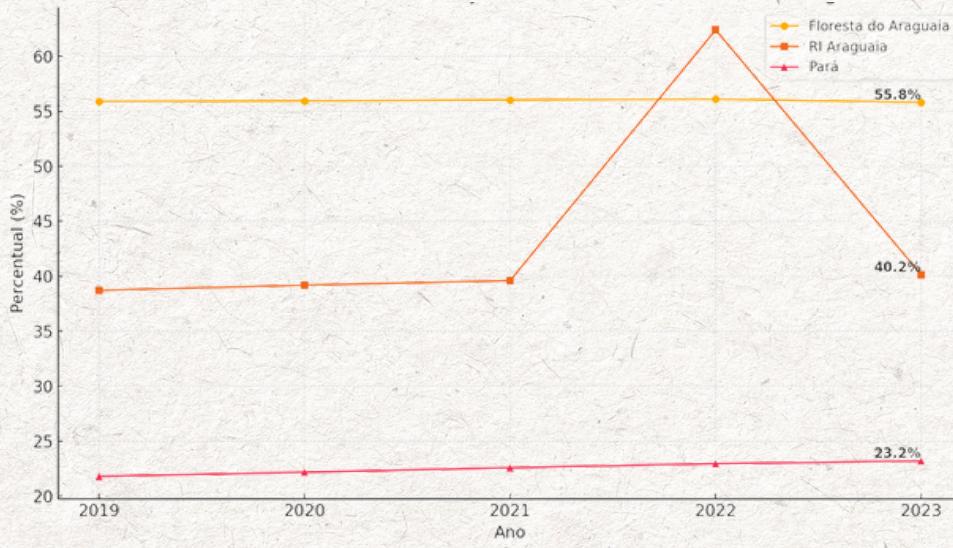
39,7% em 2021. Em 2022, no entanto, houve uma explosão de desmatamento, com o indicador atingindo 62,3%, o que representa uma ampliação crítica da degradação territorial. Em 2023, esse percentual caiu para 40,2%, sugerindo que o dado de 2022 pode ter captado eventos atípicos, como grandes queimadas ou expansão desordenada. Ainda assim, a oscilação revela vulnerabilidade ambiental significativa e desafios para a fiscalização e o ordenamento territorial regional (Gráfico 27).

No estado do Pará, a área desmatada em relação ao território total apresentou crescimento moderado. Em 2019, o percentual era de 21,7%, subindo de forma contínua até

alcançar 23,2% em 2023. Essa tendência de crescimento lento, mas constante, é preocupante, pois reflete a persistência do desmatamento mesmo em um contexto de vigilância ambiental mais forte nos últimos anos. A expansão do desmate, ainda que gradual, compromete os estoques de carbono, os serviços ecosistêmicos e a resiliência climática, exigindo esforços mais integrados de controle, compensação ambiental e desenvolvimento sustentável (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

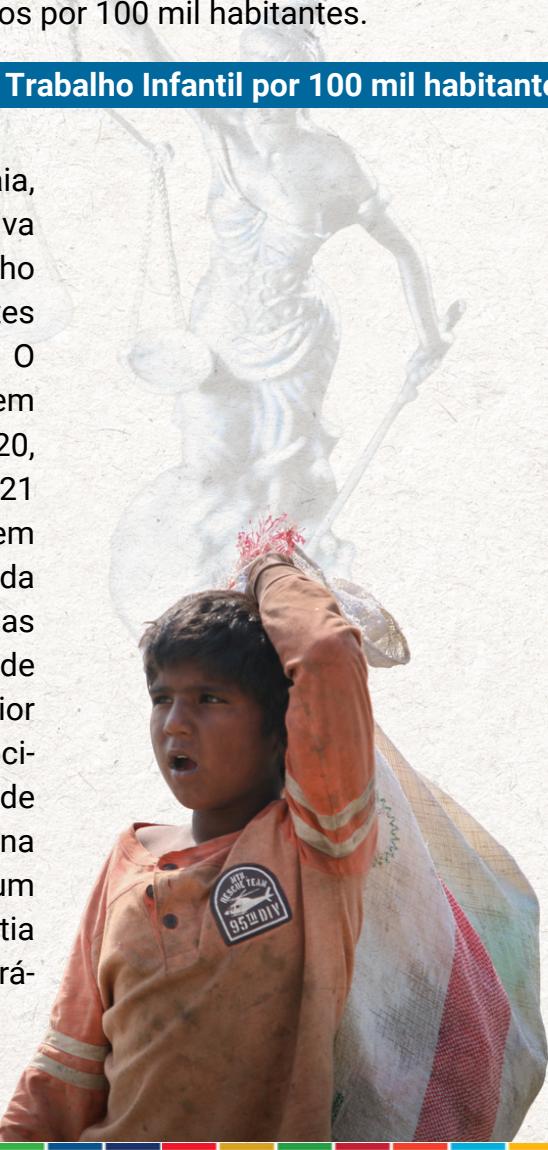
O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Floresta do Araguaia, observou-se uma expressiva redução dos casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes no período de 2019 a 2023. O índice caiu de 110 casos em 2019 para 70 em 2020, despencando para 23 em 2021 e 6 em 2022, até atingir 0 em 2023. Essa queda acentuada pode ser atribuída a políticas públicas mais eficazes de proteção à infância, maior fiscalização, e programas sociais voltados à permanência de crianças e adolescentes na escola, o que representa um avanço importante na garantia de direitos fundamentais (Gráfico 28).

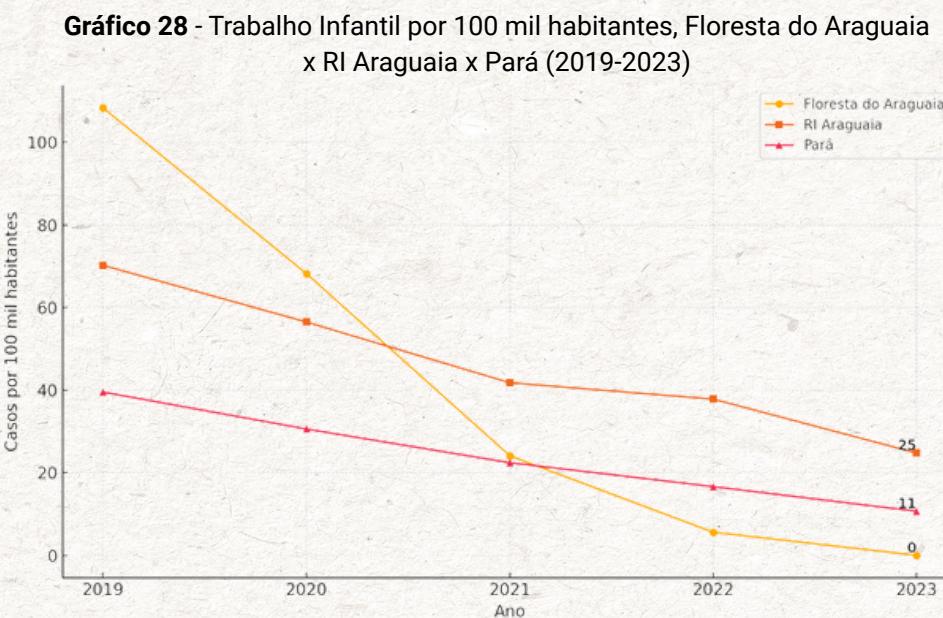
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



Na Região de Integração do Araguaia, a tendência também foi de queda, embora em ritmo mais gradual. O indicador caiu de 71 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 25 em 2023. A redução foi contínua ao longo dos anos, demonstrando que, ainda que o problema persista, ele vem sendo enfrentado de forma progressiva na escala regional. Isso pode indicar a disseminação de boas práticas e ações integradas entre os municípios, com impactos positivos no combate ao trabalho infantil (Gráfico 28).



No estado do Pará, o comportamento foi similar, com queda consistente ao longo do período. O índice passou de 40 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023, apresentando um declínio contínuo e estável. Apesar de o estado ainda apresentar ocorrências, os dados refletem avanços relevantes no enfrentamento dessa violação de direitos, possivelmente em decorrência de iniciativas articuladas entre diferentes esferas de governo e da atuação de órgãos de controle e proteção social (Gráfico 28).



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Floresta do Araguaia, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou fortes oscilações durante o período. O indicador saltou de 84 em 2019 para 146 em 2020, representando um pico de violência letal. A partir de então, houve queda para 125 em 2021 e uma redução ainda mais significativa em 2022, com apenas 21 homicídios por 100 mil habitantes. Em 2023, no entanto, houve nova elevação, alcançando 50. Essas flutuações sugerem instabilidade na segurança pública local, com períodos de agravamento e controle parcial da criminalidade (Gráfico 29).

Na Região de Integração do Araguaia, a taxa foi mais estável, porém com tendência de alta entre 2019 e 2021. O indicador subiu de 39 homicídios em 2019 para 54 em 2021, seguido de leve queda para 50 em 2022 e recuo maior para 42 em 2023. Apesar da redução recente, os dados revelam um ambiente ainda vulnerável, no qual a violência letal se mantém como um desafio relevante para as políticas de segurança pública regional (Gráfico 29).

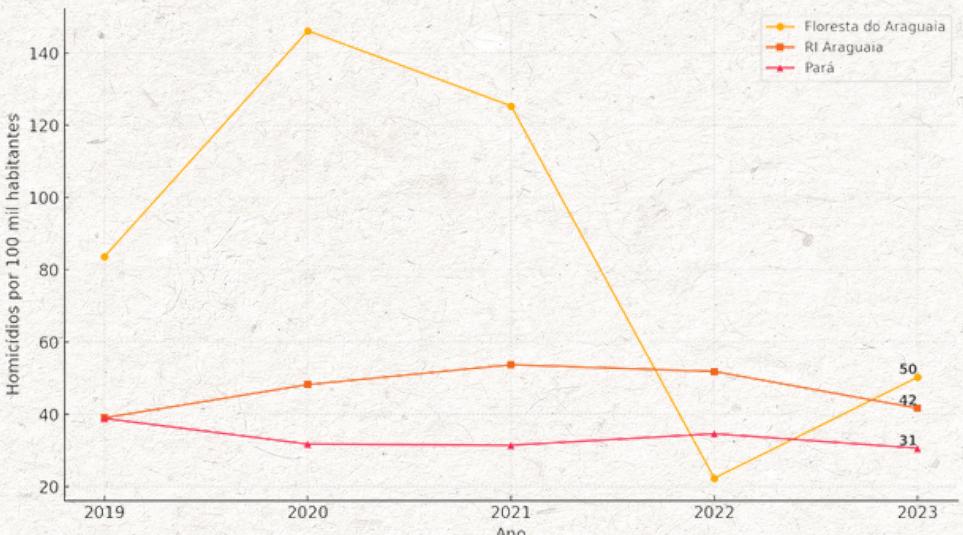
No estado do Pará, o comportamento foi o mais regular entre os três níveis. A taxa caiu de 39 em 2019 para

31 em 2023, com pequenas oscilações ao longo do caminho. Essa trajetória aponta para uma redução gradativa da violência letal em nível estadual, possivelmente impulsionada por estratégias de policiamento, investimentos em inteligência e programas de prevenção. No entanto, os valores ainda estão acima do aceitável segundo padrões internacionais, exigindo continuidade nos esforços de combate à criminalidade (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50 Pessoas /100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Floresta do Araguaia apresentou oscilações significativas no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB. O valor inicial de 17% em 2018 subiu acentuadamente para 22,2% em 2019, possivelmente em função de uma combinação entre expansão do orçamento público e retração relativa do PIB local. No entanto, esse pico foi seguido por queda expressiva em 2020, com o indicador recuando para 15,6%, refletindo os impactos fiscais da pandemia e a possível reorientação de despesas. Nos dois anos seguintes, houve leve recuperação para 16,9% em 2021, mas nova redução para 15,1% em 2022, indicando certa instabilidade na proporção de recursos públicos municipais frente à economia local (Gráfico 30).

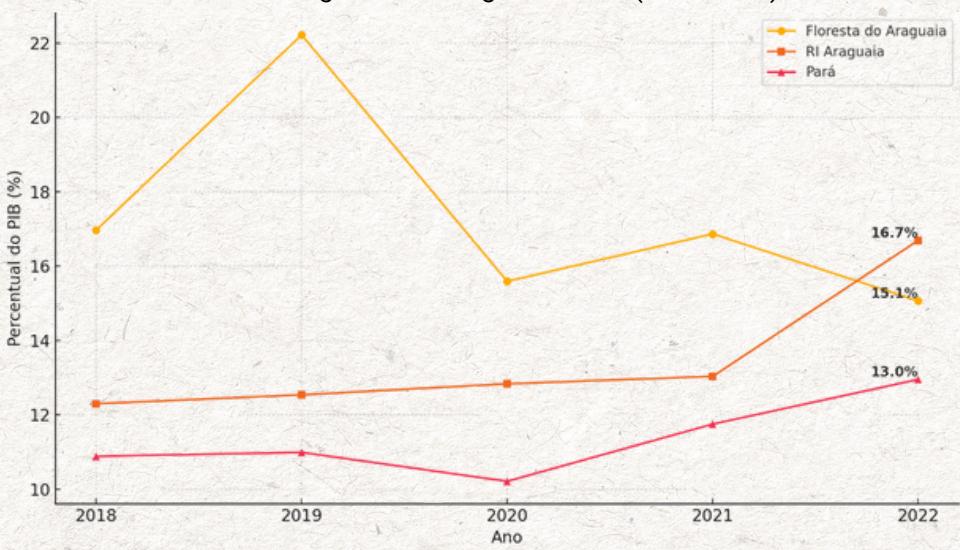
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Na Região de Integração do Araguaia, o comportamento foi de crescimento contínuo e mais estável ao longo do período. Em 2018, o indicador estava em 12,3%, subindo gradualmente até atingir 16,7% em 2022. Esse crescimento consistente sugere uma ampliação do papel do setor público municipal na dinâmica econômica regional, possivelmente devido a maiores transferências intergovernamentais, fortalecimento da arrecadação própria ou expansão de serviços públicos. A elevação gradual também pode refletir uma resposta coordenada da região às demandas sociais crescentes, sobretudo no contexto pós-pandemia (Gráfico 30).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou os menores percentuais entre os três níveis a -

nalisados, mas com tendência de crescimento recente. O índice partiu de 10,9% em 2018, manteve-se estável até 2019, e caiu para 10,1% em 2020, provavelmente em decorrência das restrições orçamentárias no pico da pandemia. A partir de então, houve recuperação: 11,8% em 2021 e 13% em 2022. Esse comportamento revela um esforço progressivo para recompor os gastos públicos municipais dentro do estado, ainda que em patamar inferior ao das regiões mais interiores, refletindo as disparidades estruturais e a concentração da atividade econômica em setores que demandam menor intervenção local direta (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



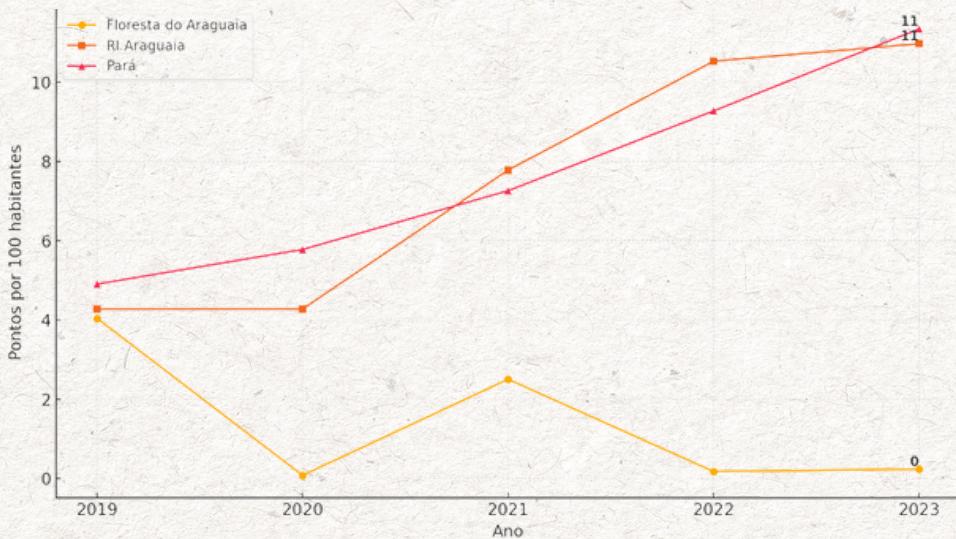
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Floresta do Araguaia apresentou uma trajetória instável e preocupante. Em 2019, o município registrava 4 pontos de acesso por 100 habitantes, mas em 2020 esse valor despencou para 0, indicando possível descontinuidade no serviço ou ausência de registro de dados. Houve uma leve recuperação para 2,5 em 2021, mas novamente o índice caiu para próximo de zero em 2022 e manteve-se nesse patamar em 2023. Esse comportamento revela fragilidade estrutural e/ou deficiência na expansão de infraestrutura digital no município, o que compromete o acesso a direitos fundamentais como educação, saúde e participação digital (Gráfico 31).

Em contrapartida, a Região de Integração do Araguaia exibiu um crescimento consistente na taxa de acesso. O indicador iniciou em 4,3 pontos em 2019 e manteve-se estável em 2020. A partir de 2021, observou-se uma aceleração no ritmo de expansão: 7,7 pontos em 2021, 10,6 em 2022 e 11 em 2023. Esses dados refletem um processo de interiorização da infraestrutura de conectividade na região, possivelmente impulsionado por programas públicos ou investimentos privados voltados à ampliação da cobertura em áreas menos urbanizadas (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez, também apresentou uma trajetória positiva no período analisado. Partindo de 5 pontos por 100 habitantes em 2019, o estado alcançou 11 pontos em 2023. A evolução foi gradual, passando por 5,8 em 2020, 7,3 em 2021 e 9,3 em 2022. O comportamento ascendente do indicador em escala estadual sugere um avanço estrutural na conectividade domiciliar, ainda que desigual entre os municípios. O contraste com a situação de Floresta do Araguaia evidencia a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para garantir equidade digital e acesso universal à internet de qualidade (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

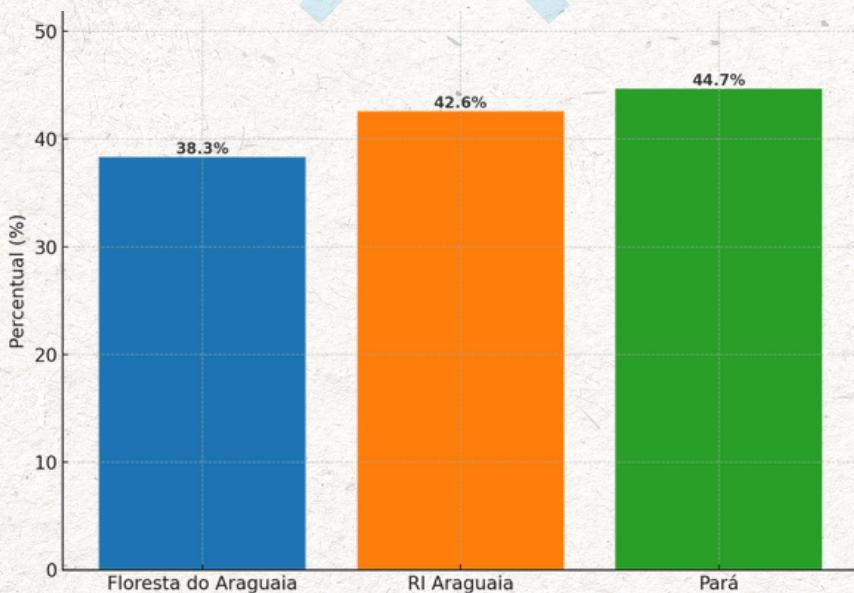
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Floresta do Araguaia** registrou um IDS de **38,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Floresta do Araguaia x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

